

TURISMO E CIDADANIA: COMO PENSAR AS BASES DESTA RELAÇÃO?

Profa. Ms. Renata Brauner Ferreira

RESUMO: o presente artigo busca discutir em linhas gerais as políticas públicas brasileiras, e especificamente a política turística, ambas, na maioria das vezes, reprodutoras da desigualdade, da exclusão e da concentração de renda; discute a inserção da discussão sobre cidadania no contexto do país buscando compreender algumas das principais questões que envolvem as discussões a respeito da cidadania e da educação no mundo contemporâneo e suas intersecções com a área do turismo, enfatizando o desenvolvimento de um turismo voltado à comunidade local, privilegiando o ser humano e buscando a redução das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: turismo; cidadania; participação; inclusão social.

O Turismo, enquanto uma área de conhecimento acadêmico e objeto de conhecimento científico, é um fenômeno relativamente novo. O conhecimento que se foi acumulando até hoje, pode-se dizer foi em grande parte construído conjuntamente com seu próprio desenvolvimento e prática, ou seja, ainda está sendo construído, em muitos lugares, em seu próprio desenrolar. Daí a importância de um evento como este, que está em seu terceiro ano e demonstra o interesse dos atores, dos professores e principalmente dos pesquisadores, que o Turismo não mais continue a se desenvolver como tem sido até então, e que nas não mais corramos em seu encalço, mas que consigamos nos antecipar a ele.

O debate sobre o turismo no Brasil é ainda mais recente e quase sempre vem acompanhado por uma idéia salvacionista, de que ele, por si só, resolveria o problema de regiões empobrecidas. Estas previsões essencialmente otimistas acabam por obnublar o fenômeno, analisando-o em uma perspectiva economicista, confundindo, intencionalmente ou não, crescimento econômico com desenvolvimento geral.

Essa visão parcial do fenômeno, embora discutida em âmbito acadêmico, foi a grande responsável por propostas e projetos turísticos em nosso país, em sua grande maioria, excludentes e segregadores.

No Brasil estas discussões são ainda mais incipientes, pois, pode-se considerar a valorização da atividade turística para todo o país, principalmente a partir da década de 90, quando é instituída a Política Nacional de Turismo, durante o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98).

Para essa discussão é fundamental introduzirmos a questão da globalização que tem provocado alterações nas idéias de soberania e cidadania vigentes no mundo ocidental, e que, cotidianamente vem desafiando nossa capacidade de intervir em seus efeitos perversos (TEIXEIRA,1999; ALVES, 2000). Conforme Alves:

A globalização em si não comporta posturas pró ou contra (...) Nada impede porém que se busquem alternativas para uma inserção positiva no desenvolvimento desse fato nem para que se procurem estabelecer controles para o processo. (Ibidem, p. 199)

Para o conceito de cidadania abordado aqui recorre-se à Marilena Chauí que a define pelos princípios da democracia, diz-nos a autora “*a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas e nas definições de instituições permanentes para a expressão política (...)*” (apud BENEVIDES, 1994, p. 9).

Isso inclui o compromisso cívico: participação ativa no processo público e os aspectos simbólicos e éticos que conferem um sentido de identidade e de pertença a uma coletividade, um sentido de comunidade. (JELIN, 1994, p. 46)

Em relação à cidadania o sociólogo Cândido Grzybowski (1998) destaca que a sociedade brasileira luta contra uma tradição excludente, produz fenômenos que podem ser considerados renovadores como as Diretas Já ou o MST (Movimento dos trabalhadores Sem-Terra), e, ao mesmo tempo, apresenta um déficit de cidadania, através de uma cultura arraigada do favor, do clientelismo, exercendo o que o autor chama de poder não-cidadão.

A história da atuação do poder público no Brasil confirma essa assertativa, de que o tipo de política de ‘desenvolvimento’ turístico levado a cabo no país, mostra que há um descaso sistemático com o complexo conjunto de relações em que essa atividade está inserida:

As políticas nacionais de turismo induziram, ao longo do tempo, a essas formas de confinamento, por privilegiarem a hotelaria em detrimento de outros equipamentos infra-estruturais turísticos, por concentrarem do ponto de vista espacial, os investimentos no setor de hospedagens, e, fundamentalmente, por não se articularem com outras políticas setoriais (...) Como resultado desse conjunto de sucessivos erros têm-se a difusão e a afirmação das chamadas “ilhas da fantasia”, um tipo de turismo altamente segregador, que limita (social e culturalmente) tanto turistas como populações dos núcleos receptores. (CRUZ, Rita, p. 35-7)

Infelizmente a atuação equivocada do poder público brasileiro — fundamentado sobre a concentração social e espacial da riqueza — não se restringe à área do turismo. Adverte-nos Rita Cruz (2001: 27-8) ao analisar as políticas governamentais direcionadas ao Nordeste no combate às secas ou em relação às políticas de industrialização da região que no primeiro caso a orientação se reduziu a intervenções técnicas, espacial e socialmente restritas, de combate aos efeitos decorrentes da estiagem, não promovendo qualquer alteração na estrutura socioeconômica regional; enquanto que no segundo caso, da mesma maneira, a ação desdobrou-se em um claro privilégio a investidores provenientes do Centro Sul do país, não superando o modelo nacional de desenvolvimento econômico vigente, nem sequer alterando o quadro socioeconômico regional, claro que todos esses insucessos tem também como um de seus principais fatores a corrupção como apontam vários autores.

O turismo, visto exclusivamente como negócio, funciona, muitas vezes, reproduzindo as desigualdades e concentrando ainda mais renda em poucas mãos, Damiani salienta que ele

renova a possibilidade de enriquecimento e apropriação privada de espaços, antes secundários, às tramas da capitalização, que assegura a reprodução de elites dominantes, agora através de ‘novos’ negócios — como os projetos turísticos nordestinos, em que a orla ganha ‘novos’ velhos donos da terra; que reproduz transferência de renda e riqueza nacionais, para os mesmos grupos enriquecidos, significando, através de investimentos públicos, uma concentração da propriedade e da riqueza. (1997:48-9).

No caso dos estudiosos de turismo já é perceptível algumas mudanças nesse sentido, que se fazem presentes na literatura sobre o tema, como o foco cada vez maior nos chamados residentes ou nativos, ao invés do foco exclusivo no turista; os primeiros não são mais considerados apenas como um elemento da paisagem, como uma parte do contexto, ou, ainda, como um entrave ao processo turístico, eles passaram a ter *status* de elemento fundamental para a prática turística.

Nesse sentido, procura-se analisar a importância da emergência das discussões de cidadania à luz da problemática turística, procurando demonstrar que “*a importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado, e mais na sua incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re)ordenamento*

de territórios para sua realização". (Cruz, 2001: 8)

O que se busca é chamar a atenção para o tipo de desenvolvimento que é posto em prática no Brasil, do qual o turismo também faz parte, um modelo "*concentrador de renda, excludente e perpetuador das desigualdades socioespaciais, e o turismo, inserido nesse modelo, reproduz, tal como qualquer outra atividade econômica, contradições do sistema*" (CRUZ, 2001, p.153)

Desenvolvimento turístico não é — como não poderia ser — sinônimo de desenvolvimento econômico social. Nenhuma atividade econômica setorial pode garantir esse desenvolvimento, já que no imenso jogo de relações que comanda esse processo, cada uma dessas atividades representa apenas uma parte. (*Idem, ibidem*)

Esse modo de conceber e governar a sociedade brasileira tem conseqüências que se perpetuam até hoje, como as desigualdades sociais, a violência disseminada, a miséria, e todos estes fatores acabam por condicionar a segregação espacial de empreendimentos turísticos, o que é traduzido na concentração da infra-estrutura e na escolha restrita dos lugares e espaços que podem ser circulados e freqüentados pelos turistas. Para que esse modo de ser do turismo fosse alterado seria necessário que se construísse uma outra sociedade. (CRUZ, 2001. p.148)

No entanto, termos consciência do alcance e dos limites de nossa atividade não é motivo para que deixemos que ela aconteça a nossa revelia, pelo contrário, mais incentiva-nos a lutar para que o turismo se desenvolva como uma atividade economicamente rentável, ecologicamente correta e socialmente justa, ou seja, sustentável:

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de 'sustentável' exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. (IRVING, 2001, p.17)

Alguns princípios se impõe nesse caminho, como o da necessidade do envolvimento da comunidade nos processos de tomada de decisão, mas, essa, não apenas como coadjuvante mas como sua protagonista desse processo. O que é reforçado pelas palavras de Marta Irving

As necessidades de um povo não se restringem às necessidades de ordem econômica. Os aspectos político, educativo, cultural e socioeconômico representam também eixos no processo. A participação é pré-requisito essencial, pois, é a própria sociedade que deve identificar suas necessidades (2002: 39)

Esse conceito-chave para o desenvolvimento sustentável é a participação, mas não como uma idéia acadêmica abstrata mas como uma ação concreta no desenvolvimento turístico. Conforme Diáz Bordenave (1983)

A participação comunitária consiste num microcosmos político-social suficientemente complexo e dinâmico de forma a representar a própria sociedade ou nação. Quer dizer que a participação das pessoas em nível de sua comunidade é a melhor preparação como cidadãos em nível da sociedade global. (*apud* IRVING, 2002: 40)

Para que essa participação de fato ocorra faz-se necessário destacar-se a importância da atuação educativa, pois, só assim teremos o desenvolvimento de um turismo que privilegie o ser humano e busque a redução das desigualdades sociais.

Entende-se educação aqui como ‘ *um processo de aprendizagem de conhecimento e exercício de cidadania, que capacita o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente no espaço social.*’ (MEYER *apud* IRVING, 2001, p. 27)

Há vários exemplos que podem ilustrar o impacto positivo de um processo participativo no desempenho de projetos e nos seus desdobramentos e impactos na mudança de postura política e nos padrões de desenvolvimento regional (IRVING, 2002, p. 40). Pode-se citar como exemplos o caso de *Santa Maria Madalena* no estado do RJ, analisado por Marta Irving (*Ibidem*, p.43-4) e o da *Prainha do Canto Verde* detalhadamente analisado por Luzia Coriolano e Eluziane Mendes (CORIOLANO, 2003 p. 173-196).

As políticas públicas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade assim como pelas estruturas formais do governo e outras características do sistema político, tudo isso está indissociavelmente ligado aos valores, às ideologias, à distribuição do poder, enfim, a todos os interesses em jogo. (HALL, 2001, p. 101)

Mas os problemas estruturais não podem ser resolvidos por uma política setorial como o é a política de turismo, mas podem ser minimizados a partir de uma prática consciente.

Não é a autenticidade em si que importa, mas tudo aquilo que ela pode significar, como, por exemplo, a perda da identidade ou a perda da possibilidade de tornar o turismo veículo de algum desenvolvimento local, como resultado da privatização de espaços por grupos hegemônicos do ramo das construção civil, da hotelaria, dos serviços turísticos, da internacionalização tendente dos empreendimentos, da opção política pela exclusão social e espacial dos habitantes desses lugares. (CRUZ, 2001, p.158)

O planejamento turístico comunitário é uma resposta à necessidade de desenvolver diretrizes de maior aceitação social, sem a qual o desenvolvimento turístico pode tornar-se cada vez mais difícil. (HALL, 2001, p. 53-4)

É importante que cada vez mais nos cursos de turismo discuta-se a questão da educação popular, não porque nosso desejo seja o de formar exclusivamente professores, mas porque dificilmente há o desenvolvimento do turismo “sustentável” sem a conscientização e a participação da comunidade. Esta discussão não se restringe somente ao âmbito público, pois, mesmo indo até o outro extremo, que poderia ser o daquele empreendedor privado cujo único objetivo fosse o lucro, mesmo ele precisaria da aquiescência da população local sob o risco de que o seu negócio fracassasse.

E se é importante para o mercado termos consumidores satisfeitos, mas o é para a sociedade termos cidadãos realizados. Por isso, enfatiza-se a necessidade de formação do bacharel em turismo no desenvolvimento de políticas, planos e projetos nessa área, que identifiquem, resgatem e estimulem a vivência e a prática da cidadania.

Referências bibliográficas

ALVES, J. A. Lindgren. Direitos Humanos, Cidadania e Globalização. In Lua Nova: revista de cultura e política. CEDEC, 2000, n.º 50.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. In Lua Nova: revista de cultura e política. CEDEC, 1994, n.º 33

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. MENDES, Eluziane Gonçalves. A Prainha do Canto Verde: lócus de resistência e turismo comunitário. In CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. LIMA, Luiz Cruz (orgs.) Turismo Comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. Políticas de Turismo e Território. São Paulo: Contexto, 2001.

DAMIANI, Amélia Luisa. Turismo e lazer em espaços urbanos. In RODRIGUES, Adir Balastrieri. Turismo, Modernidade, Globalização. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

GRZYBOWSKI, Cândido. Cidadania: agora em dimensão planetária. In Rumos: economia e desenvolvimento para os novos tempos. RJ: ABDE Editorial. Jul-1998.

HALL, Colin Michael. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

IRVING, Marta de Azevedo. Turismo, ética e educação ambiental: novos paradigmas em

planejamento. In IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

JELIN, Elizabeth. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. In Lua Nova: revista de cultura e política. CEDEC, 1994, n.º 33

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Participação cidadã na sociedade civil global. In Lua Nova: revista de cultura e política. CEDEC, 1999, n.º 46.